

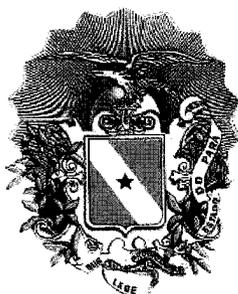
PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Relatório de Atividades
2003

Belém - Pará





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
BIBLIOTECA
DOAÇÃO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ano 2003

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
BIBLIOTECA DO TRIBUNAL-SEDE



DESEMBARGADORES

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades 2003

ROSA MARIA PORTUGAL GUEIROS
THEREZINHA MARTINS DA FONSECA
RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES
MARTA INÊS ANTUNES LIMA
ERONIDES SOUZA PRIMO
ENIVALDO DA GAMA FERREIRA
YVETTE LÚCIA PINHEIRO
LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO
JOÃO JOSÉ DA SILVA MAROJA
VÂNIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA
RAIMUNDO HOLANDA REIS
MARIA RITA LIMA XAVIER
FELÍCIO DE ARAÚJO PONTES *
IZABEL VIDAL DE NEGREIROS LEÃO *
JAIME DOS SANTOS ROCHA *
JOÃO ALBERTO CASTELO BRANCO DE PAIVA *
JOSÉ ALBERTO SOARES MAIA *
WERTHER BENEDITO COELHO *

* Desembargadores aposentados em 2003

SUMÁRIO



Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades 2003

Apresentação	07 a 09
Autonomia do Judiciário	10 a 18
Modernização da Gestão	19 a 35
Prestação Jurisdicional	36 a 52
Solenidades e Eventos	53 a 56
Homenagens	57 a 59



Governador Simão Jatene, Presidente do Tribunal de Justiça Maria de Nazareth Brabo e Presidente da Assembleia Legislativa Mário Couto.

“Os Poderes são independentes e harmônicos entre si. Isso significa que devem trabalhar em harmonia a fim de produzir resultados, respeitada a independência de cada um.”

*Ministro Maurício Corrêa
Presidente do Supremo Tribunal Federal*

APRESENTAÇÃO



Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades 2003

Os projetos e ações do Poder Judiciário desenvolvidos em 2003 foram implementados com autodeterminação e apoio decisivo dos Desembargadores, Juízes da Capital e do Interior do Estado, Servidores e Serventuários. Todos mobilizados pela nobre missão de tornar a Justiça mais célere e direcionada para as necessidades da população paraense.

Presidir o Tribunal em um ano centrado na discussão, sobretudo política, da reforma do Judiciário, foi um desafio que enfrentamos com a sensibilidade voltada para as transformações sociais e o sentimento de que o conhecimento e a vivência de cada um de nós são fatores capazes de juntar pessoas e motivá-las para a realização dos objetivos que foram traçados.

Nosso modelo de gestão, durante o primeiro período administrativo do biênio 2003/2004, teve como meta promover o fortalecimento da autonomia financeira e administrativa do Tribunal de Justiça, priorizando o equilíbrio financeiro, a busca de soluções administrativas e a efficientização na aplicação de recursos. O compromisso com a modernidade e a transparência foi reforçado por mecanismos de controle interno e de redução de custos.

É importante destacar o aumento da ordem de 276% (duzentos e setenta e seis por cento) na arrecadação de recursos do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário. Esse aumento permitiu recursos para avançarmos no reaparelhamento tecnológico, na capacitação de pessoal, e também na disponibilização de serviços. Buscamos, com isso, maior integração da informação e celeridade no atendimento aos que procuram a Justiça.

Ao mesmo tempo em que investimos na modernização da máquina administrativa, racionalizamos procedimentos e concepções, criando instrumentos e caminhos mais ajustados à realidade, para facilitar a vida dos cidadãos.



APRESENTAÇÃO

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades 2003

A implantação de um modelo de gestão pensado a partir da autonomia para gerir receitas e despesas veio fortalecer a independência financeira do Judiciário paraense, preservando a harmonia entre os Poderes constituídos. Nesse aspecto, importantes foram as parcerias firmadas com o Estado, entidades públicas e privadas.

Os acordos de cooperação renderam frutos de natureza social, contribuíram no esforço de redução das desigualdades sociais e ajudaram a resgatar o sentido de cidadania.

O caminho que trilhamos durante os 12 (doze) primeiros meses de nossa gestão reforça o entendimento de que devemos avançar de forma planejada e continuada. O Tribunal precisa, cada vez mais, dar satisfações e fortalecer sua imagem perante a sociedade.

Queremos ressaltar a importância de nossa relação com a imprensa, sempre muito franca e transparente, com os limites éticos e legais que movem a magistratura. Acreditamos que a experiência tenha sido enriquecedora para ambos os lados: para os jornalistas que cobrem nossas atividades, para os Magistrados, cujos atos são retratados na cobertura cotidiana.

Registramos com satisfação o julgamento de crimes antigos e até considerados históricos, como os dos acusados de mandantes do assassinato do sindicalista João Canuto, o do ex-policia militar Emanuel Lopes Lima, além dos relacionados com as mortes de crianças em Altamira.

Acumulamos experiências positivas e motivadoras de busca da celeridade e eficiência, realimentando os projetos em desenvolvimento, examinando soluções de curto, médio e longo prazo, visando contribuir para o aprimoramento do modelo de gestão, sem deixar de reconhecer que respostas rápidas à sociedade resultam da conjugação de esforços e da vontade constante de dar a cada um o que lhe é devido.

APRESENTAÇÃO



Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades 2003

O Poder Judiciário é um poder que hoje não fala mais apenas nos autos. A Justiça e os nossos magistrados estão deixando cada vez mais os gabinetes para sentir de perto as angústias e as reivindicações da população.

Esta mudança positiva nos impulsiona a redobrar esforços pela melhoria dos serviços jurisdicionais de nosso Estado.

Desembargadora MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará



AUTONOMIA DO JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades 2003

EQUILÍBRIO FINANCEIRO

A iniciativa de dotar o TJE de ferramentas de planejamento e controle orçamentário, disciplinando e organizando serviços para o funcionamento harmônico com outros setores, requereu especial dedicação da Desembargadora Maria de Nazareth Brabo de Souza.

Tomando por base a metodologia do Planejamento Estratégico Situacional, foi realizado levantamento de dados para indicar quais as áreas mais suscetíveis, com as alternativas viáveis para a eficiência financeira.

Na etapa inicial, foram destacados pontos para otimização de recursos materiais e de pessoal, e para o funcionamento entre setores, orientado de modo linear, com controle recíproco, sem sobreposição entre os mesmos.

O ciclo do planejamento é contínuo, e as ações implementadas ao longo do exercício de 2003 foram submetidas a controles de medição de desempenho, avaliação, monitoramento, e reprogramação, em conformidade com as regras institucionais definidas para o biênio 2003-2004.

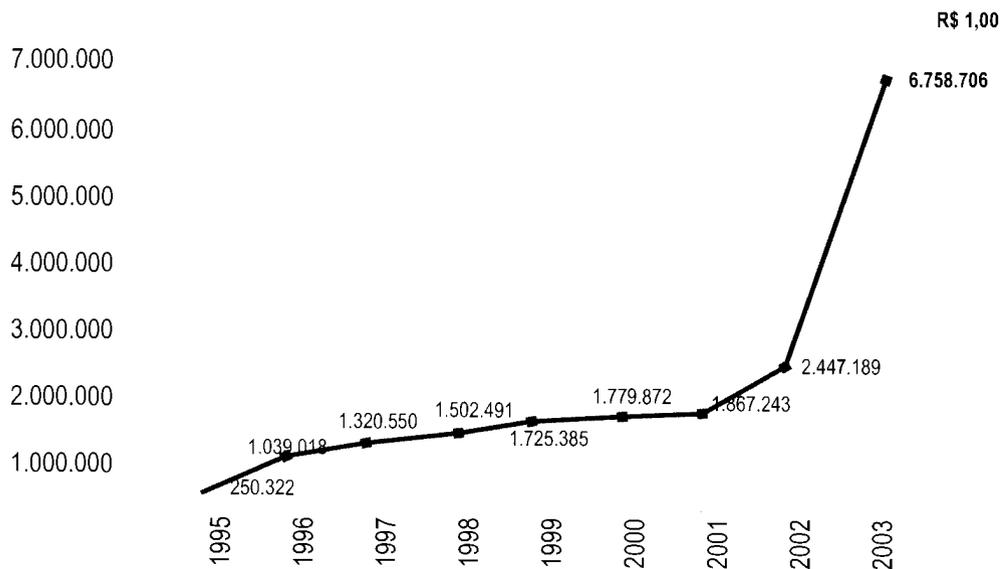
Decorrente da competência delegada pela Portaria nº 0218/2001-GP, ratificada pela Portaria nº 0511/2003 de 13 de março de 2003, foram introduzidas, na gestão financeira, alterações no fluxo de pagamento, através da interação entre os Departamentos de Patrimônio e Serviços e Departamento de Recursos Humanos e o Departamento Financeiro, a fim de serem observados os limites orçamentários, sem prejuízo da liquidação das despesas de cada setor.

FUNDO DE REAPARELHAMENTO DO JUDICIÁRIO - FRJ

Neste ano de 2003, foi possível registrar expressivo crescimento das receitas oriundas da cobrança das custas judiciais incidentes sobre os processos que tramitam no Tribunal.



EVOLUÇÃO DA ARRECAÇÃO DAS CUSTAS JUDICIAIS - 1995/2003



FONTE: Sistema de Controle de Arrecadação Judicial / Dados Preliminares

A elevação do nível das receitas decorreu da implantação da nova sistemática de arrecadação, implantada a partir de novembro de 2002 e aperfeiçoada no curso do processo.

A área de cobertura do Sistema de Arrecadação Judicial - SIAJU está inicialmente restrita às Comarcas de Belém e Ananindeua. O processo será expandido de modo gradativo às Comarcas do interior, que ainda permanecem arrecadando no sistema manual, fato justificado pela ausência de infra-estrutura física e operacional.

A expansão do Sistema de Arrecadação Judicial ocorrerá de forma planejada no decorrer do ano de 2004, considerando que o SIAJU foi aprovado pelos Desembargadores em Sessão do Órgão Especial do Tribunal, Resolução nº 015, de 01 de outubro de 2003, e enviado à Assembléia Legislativa do Estado, na forma de anteprojeto de Lei, mereceu aprovação, tendo o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado sancionado a nova sistemática de arrecadação judicial para todo o Estado:

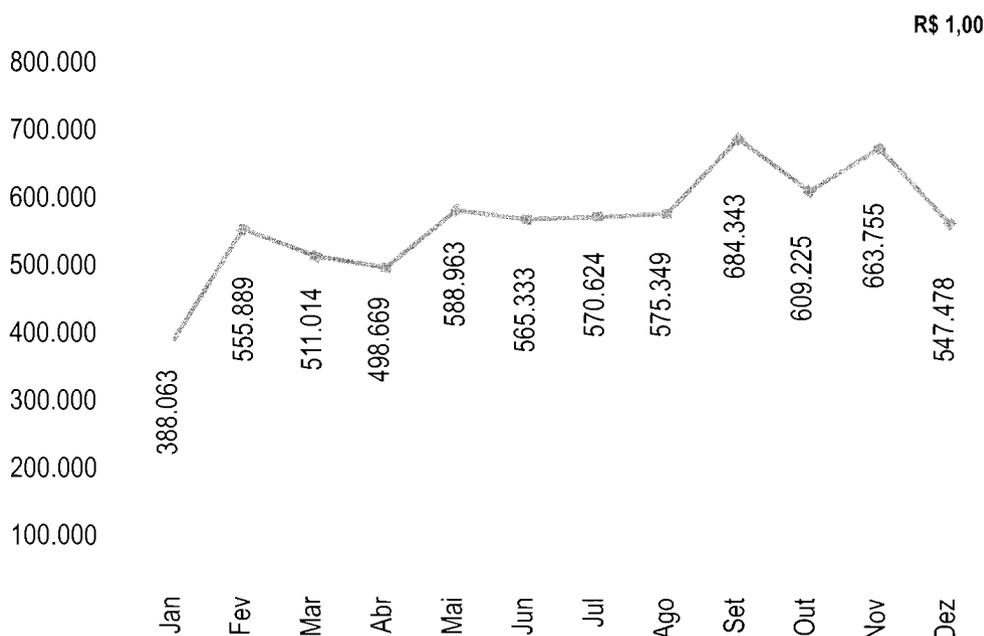


AUTARQUIA DO JUDICIÁRIO

A Lei nº de 6.617 de 07 de janeiro de 2004 ao dispor sobre a criação do Sistema de Arrecadação Judicial, SIAJU, autorizou a instalação de núcleos de arrecadação judicial nas regiões judiciárias de maior movimento forense, de acordo com as etapas de implantação previstas pelo TJE e disponibilidade orçamentária.

Os recursos financeiros do FRJ derivam das fontes estabelecidas no art. 3º da Lei Complementar nº 21, de 28 de fevereiro de 1994, e são oriundos de custas judiciais, taxas judiciais, comercialização de selos e fontes advindas de remunerações sobre aplicações, locação de imóveis, taxas sobre inscrições na Escola Superior da Magistratura, e de outras receitas. Podemos afirmar que a comercialização de selos de segurança também contribuiu satisfatoriamente para o crescimento da arrecadação.

DESEMPENHO MENSAL DA ARRECADAÇÃO DAS CUSTAS JUDICIAIS 2003



FONTE: Sistema de Controle de Arrecadação Judicial / Dados Preliminares



O aumento da receita do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário resultou da implantação da sistemática de arrecadação informatizada, capaz de mensurar a perda acumulada, combater efetivamente a evasão de recursos dos serviços judiciais, e possibilitar a projeção de receitas futuras.

O quadro apresentado demonstra os resultados obtidos após a implantação da nova sistemática de arrecadação, de comprovada eficiência administrativa.

RECURSOS ARRECADADOS PELO FRJ

Custas	6.758.706,00
Selos de Segurança	2.054.005,00
Outras Receitas	4.272.116,00
TOTAL	13.084.827,00

FONTE: Sistema de Controle de Arrecadação Judicial / Dados Preliminares

SOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS

A intensificação no controle preventivo das despesas da máquina administrativa propiciou a obtenção de ganhos para aplicação nas prioridades definidas.

As medidas qualitativas, acompanhadas da gestão dos recursos, proporcionaram ao TJE o conforto de poder assumir integralmente o déficit previdenciário do Judiciário, que em 2003 totalizou o montante de R\$ 16.000.000,00, e ainda quitar parcialmente os passivos advindos dos quinquênios atrasados e do rescalonamento da Magistratura.



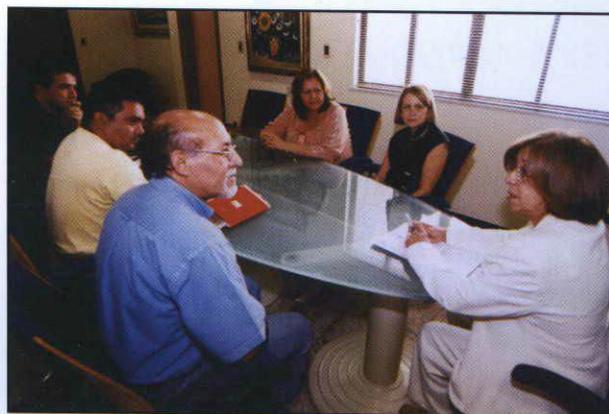
AUTONOMIA DO JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades 2003

O exercício do diálogo norteou as ações de relevância financeira. As limitações impostas pela conjuntura econômica nacional asseguraram aumento aos funcionários, equivalente ao percentual fixado pelo Executivo Estadual de 2% (dois por cento).

Em atenção ao conclamo dos servidores, representados pelo SINJEP-Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário, na pessoa do seu presidente, o funcionário do TJE Armando Soares, a Presidente Maria de Nazareth Brabo de Souza, após criteriosa análise de projeções financeiras da inserção de benefícios na folha de pagamento, adotou o mecanismo da bonificação, para garantir ganhos reais e aferir maior remuneração aos servidores.

A Resolução 0014/2003, de 27 de agosto de 2003, determinou o pagamento do valor de R\$ 240,00 aos funcionários do TJE, a título de Auxílio Alimentação, e, referendando o pleito do Sindicato, estendeu o benefício a todos os servidores e serventuários do Tribunal, independente de limite remuneratório, a partir de janeiro de 2004.



Reunião da Presidente do TJE com o SINJEP.



EFICIENTIZAÇÃO DE RECURSOS

Através da difusão do conceito de uso racional dos serviços de energia elétrica, abastecimento de água e telefonia, buscou-se desenvolver tecnologia adequada de combate ao desperdício, iniciativa de comprovado êxito, visto que a redução observada em 2003 em energia elétrica foi de 14%, mesmo considerando que no período de agosto a dezembro houve aumento tarifário na ponta seca na ordem de 28,2%. Os índices registrados em telefonia foram de 15% (Telemar) e 20% (Embratel), e em água, 18%, já estimada uma projeção de redução para o período de janeiro a abril de 2004, em telefonia e água, equivalente a 25%.

O Tribunal compartilha com a sociedade um ganho real de R\$ 150.000,00, obtido com a implantação do Programa de Racionalização de Custos, reinvestindo os recursos economizados em atividades direcionadas à melhoria da prestação dos serviços jurisdicionais.

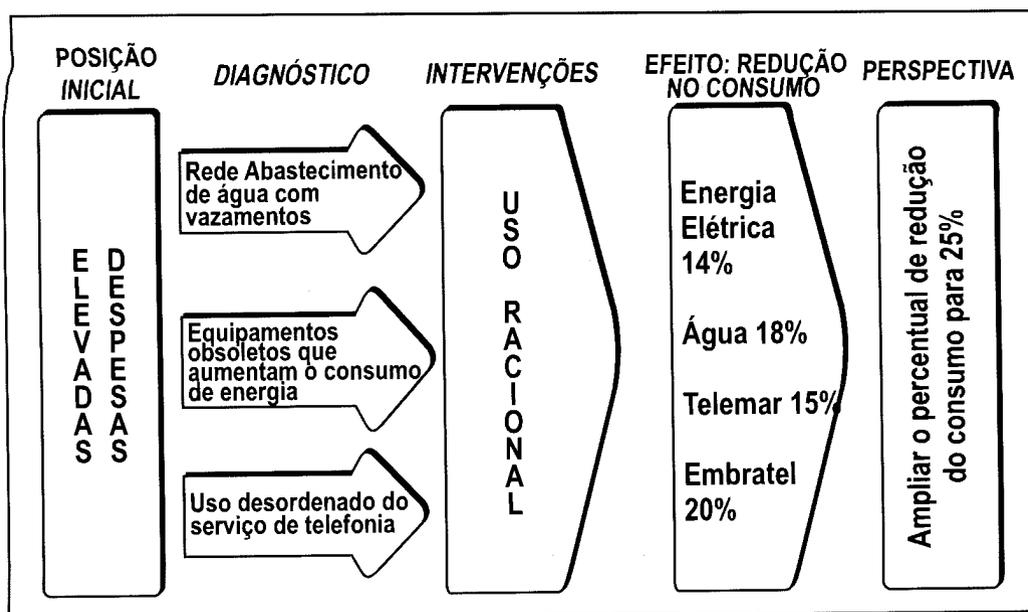
O combate ao desperdício é a fonte de produção existente mais econômica, e rentável na área social. Ao evitar o desperdício de energia elétrica, de água e telefonia, o TJE está, também, contribuindo para a redistribuição desses serviços à comunidade desassistida, em todos os segmentos, bem como para a preservação dos recursos energéticos e hídricos, temas em evidência no âmbito da preservação ambiental.

O investimento na eficiência de recursos desencadeou a execução de projetos específicos, nos diversos setores do Órgão.

Modernizando equipamentos e promovendo o estudo de alternativas operacionais menos dispendiosas, é de se esperar, como consequência, a difusão de uma concepção racional no trato da coisa pública.



MOVIMENTO PARA REDUÇÃO DAS PERDAS EM ENERGIA, ÁGUA E TELEFONIA



COMPRAS E SERVIÇOS / REPACTUAÇÃO DE CONTRATOS

A medida principal que exprime a diretriz de redução e contenção de gastos foi a emissão da Portaria nº 001/2003/SA, de 17 de fevereiro de 2003, estabelecendo que as compras, obras e serviços do TJE, em valores correspondentes até 10% dos limites previstos nas alíneas "a", incisos I e II, do art. 23 da Lei nº 8666/93, observassem, dentre outros requisitos, a comprovação da pesquisa de mercado, com, no mínimo, três orçamentos distintos, bem como a existência de dotação orçamentária compatível. A medida teve como impacto inicial ampliar o leque de fornecedores e prestadores de serviços e, conseqüente, redução dos custos.

A repactuação de contratos vigentes foi outra atividade implementada, a qual, culminou com a redução significativa de valores. Os recursos economizados foram aplicados no aparelhamento do Tribunal.



PREGÃO

Instrumento dinamizador dos procedimentos licitatórios, a modalidade de licitação denominada “Pregão”, utiliza recursos da tecnologia da informação, nos termos da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002, combinada com as normas da Lei 8666 de 21 de junho de 1993, e Lei Estadual 6.474, de 06 de agosto de 2003.

A adoção do “Pregão” no TJE comprovou que a modalidade proporciona efetivamente celeridade e economia na aquisição de bens e serviços.

Para acompanhamento da licitação na modalidade Pregão, autorizada pela Portaria nº 1.325/2003, foi constituída Equipe de Apoio ao pregoeiro oficial do TJE, formada por integrantes do corpo efetivo de funcionários, e técnicos oriundos de parceria com o Senado Federal.



Sessão de abertura do Pregão nº 02/2003.

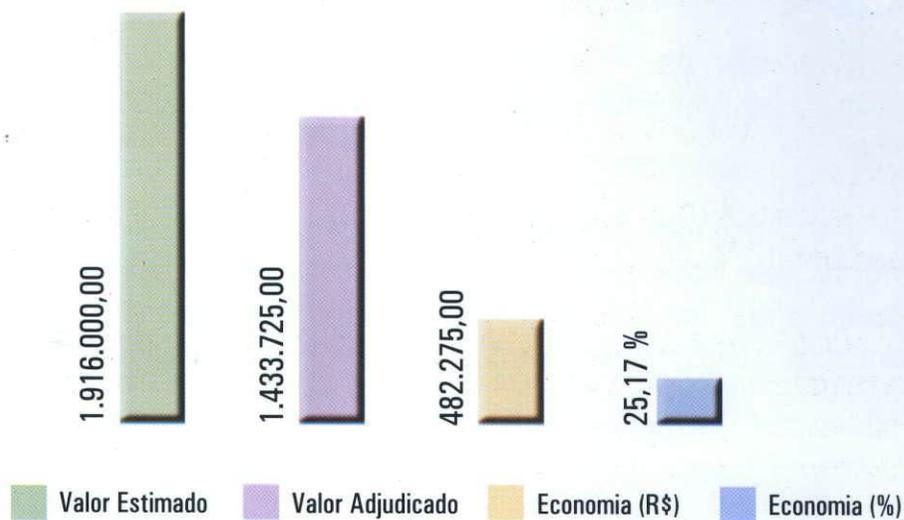


AUTONOMIA DO JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades 2003

A média unitária na diferença dos preços demonstra uma variação econômica de redução de gastos em torno de 13% a 52% resultando em ganhos significativos, em média de 25%, conforme gráfico abaixo.

PREGÃO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA



FONTE: Secretaria de Administração

MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO



Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades 2003

“O Judiciário está se modernizando e nós fazemos parte dessa modernização. Modernizamos o Judiciário com o objetivo de dinamizar o andamento do processo, reduzir o tempo de sua tramitação, reduzir os custos e a burocracia e, assim, dar melhor e mais fácil acesso à justiça, valorizando a cidadania.”

Des. federal Wilson Darós, Coordenador dos JEFs no Sul

REAPARELHAMENTO TECNOLÓGICO

O Plano de Metas 2003-2004 apresenta, de forma sistematizada, a execução das ações desenvolvidas na área da modernização e reaparelhamento tecnológico nos diversos setores de atuação do TJE, presente em 102 municípios do território estadual.

Prover, através da informática, ferramentas modernas de trabalho para que os operadores da justiça desenvolvam suas atividades de prestação jurisdicional de forma célere, integrada e compatível com as novas demandas sociais, é o objetivo do Plano de Metas para informatização do TJE.

Foram criadas as condições para viabilizar a comunicação *on line* entre as comarcas do interior e a Sede do Tribunal e Juizados Especiais, conforme detalhamento abaixo:

Modernização da Estrutura Tecnológica do Judiciário Estadual

- Infra-estrutura de Rede Local de Computadores;
- Circuito de Comunicação de Dados;
- Reaparelhamento do Parque Computacional;
- Internet;
- Sistemas Corporativos SAPXXI;
(Sistemas de Acompanhamento de processos de 1º Grau)
- Informatização dos Juizados Especiais.



Informatização da Arrecadação Judicial:

- Sistema de Arrecadação Judicial;
- Sistema de Controle de Depósitos Judiciais;
- Controle do FRJ.

A elaboração da estratégia de implantação obedece rigorosamente à disponibilidade orçamentária, às demandas da movimentação forense e à capacidade de arrecadação das comarcas.

Em 2003, foram adquiridos 488 microcomputadores e 219 impressoras a laser, para viabilizar a integração tecnológica em 12 municípios do interior, e para garantir o aparelhamento necessário à integração da Região Metropolitana de Belém e Juizados Especiais da Capital.

A contemplação dos municípios com a instalação da rede de informática deu-se a partir de indicação das comarcas com maior volume de movimento forense e capacidade de arrecadação. Nesse sentido, os equipamentos adquiridos atenderão inicialmente as comarcas de: Santarém, Marabá, Castanhal, Altamira, Itaituba, Santa Izabel do Pará, Abaetetuba, Bragança, Breves, Capanema, Conceição do Araguaia e Redenção.

As comarcas beneficiadas estarão recebendo suporte técnico a partir do início do ano de 2004, seguidos de treinamento e assessoramento aos usuários dos sistemas.

INTEGRAÇÃO / DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

O acesso à informação é de grande importância ao cidadão, ao Estado e aos advogados.

A integração é pautada na preocupação de responder à sociedade, realimentar os processos em tramitação, dinamizar fluxos, intercambiar informações e dar celeridade à prestação jurisdicional.



O TJE está implementando na Região Metropolitana e nas doze comarcas de maior movimento forense a integração dos sistemas instalados abaixo discriminados:

- SAP XXI - Sistema de Acompanhamento de Processos de 1º Grau
- SCP - Sistema de Controle de Processos;
- SIAJU - Sistema de Arrecadação Judicial;
- Sistema de Controle de Processos do 2º grau.

INVESTIMENTO EM PESSOAL

O modelo de gestão do TJE em 2003 passa necessariamente pelo investimento em pessoal, instrumento por excelência da instituição, indispensável para a busca da universalização dos serviços jurisdicionais.

Respeitando os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal, e para melhor atender as demandas forenses, o TJE promoveu a convocação e nomeação de 45 magistrados, reduzindo o déficit de juízes, e assim, passou a equiparar-se à média nacional, de 25 mil habitantes por juiz.

45 JUÍZES SUBSTITUTOS NOMEADOS EM 2003

ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA
ANDRÉ LUIS SANTOS BRITO
ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY
ANTONIO FRANCISCO GIL BARBOSA
ARTUR TEIXEIRA DE CARVALHO NETO
AUGUSTO BRUNO DE MORAES FAVACHO



MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

CONTRATO Nº 001/2011

- CARLOS MAGNO GOMES DE OLIVEIRA
- CESAR DIAS DE FRANÇA LINS
- CHARLES CLAUDINO FERNANDES
- COSME FERREIRA NETO
- CRISTIANO MAGALHÃES GOMES
- DANIELLE KAREN DA SILVEIRA ARAUJO
- DANIELLY MODESTO DE LIMA
- EDNA MARIA DE MOURA PALHA
- EDUARDO ANTONIO MARTINS TEIXEIRA
- ELANO DEMETRIO XIMENES
- ELINE SALGADO VIEIRA
- EMERSON BENJAMIN P. DE CARVALHO
- EVERALDO PANTOJA E SILVA
- FABIA MUSSI DE OLIVEIRA LIMA
- FÁBIO PENÉZI POVOA
- FRANCO ZUZA NOBREGA
- FREDISON CAPELINE
- GABRIEL COSTA RIBEIRO
- GERALDO NEVES LEITE
- GERSON MARRA GOMES
- HAROLDO SERGIO LIMA FERREIRA
- HELANO LANDIM DE ALBUQUERQUE
- HELENA DE OLIVEIRA MANFROI
- HELIO PINHEIRO PINTO
- JOÃO RONALDO CORREA MARTIRES
- JONAS DA CONCEIÇÃO SILVA
- JOSUE DE SOUZA LIMA JUNIOR
- LAURO ALEXANDRINO SANTOS
- LUCIANA MACIEL RAMOS
- LUCIO PAULO FERNANDES SOARES
- LUIS OTÁVIO OLIVEIRA MOREIRA
- MURILO LEMOS SIMÃO
- OMAR JOSÉ CHERPINSKI
- PAULO PEREIRA DA SILVA EVANGELISTA
- ROSA MARIA MOREIRA DA FONSECA

MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades 2003



SHERIDA KEILA PACHECO TEIXEIRA
TARCILA MARIA SOUZA DE CAMPOS
THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES
WALTENCIR ALVES GONÇALVES



Posse dos Juízes Substitutos.

186 SERVENTUÁRIOS / FUNCIONÁRIOS NOMEADOS EM 2003.

Em continuidade ao processo de admissão dos Serventuários de Justiça, foi procedida a maior convocação e nomeação de candidatos aprovados em concurso público no TJE.

Para os Juizados Especiais, 65 (sessenta e cinco) candidatos aprovados foram nomeados.

NOMEAÇÃO SERVENTUÁRIOS / FUNCIONÁRIOS EM 2003

Cargos	1ª Entrância	2ª Entrância	3ª Entrância	Juizados Especiais	Total
Auxiliar Judiciário				5	5
Auxiliar de Secretaria	12	22	3	36	73
Diretor de Secretaria	11	21	6		38
Oficial de Justiça	13	26	7	24	70
Total	36	69	16	65	186

FONTE: Secretaria de Administração



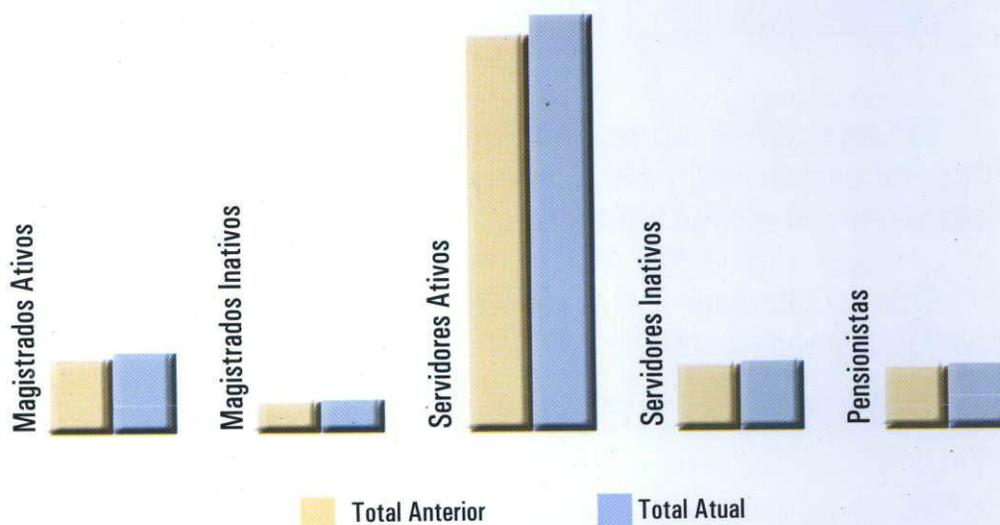
MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades 2003

DEMONSTRATIVO GERAL - ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS

Pessoal	Total Anterior	Nomeados / Concursados	Afastamentos / Diversos	Inativos / Pensionistas	Total Atual
Magistrados Ativos	245	48	(14)		279
Magistrados Inativos	77		(5)	7	79
Servidores Ativos	2.068	186	(102)		2.152
Servidores Inativos	226		(11)	17	232
Pensionistas	213			11	224
Total	2.616	234	(132)	35	2.966

EVOLUÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DO TJE



FONTE: Secretaria de Administração / Divisão de Serviços dos Magistrados

Ocorreu, ainda, o aumento do número de bolsas, de 250 para 300 no Programa de Estágios do TJE, regulamentado pela Resolução nº 0010/2003, de 25 de junho de 2003, decorrente da expansão das atividades do Judiciário, inclusive àquelas pertinentes a implantação de projetos de interesse social.



CAPACITAÇÃO

Para a capacitação dos Magistrados e Serventuários, a Escola Superior da Magistratura adotou procedimentos de instrução inicial, através de cursos com aulas teóricas e práticas.

ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO PARÁ CURSOS REALIZADOS

Cursos	Período	Carga Horária	Nº Part.
XII Curso de Preparação à Carreira da Magistratura	03/02 a 06/12/2003	528	109
Curso de Adequação à Estrutura do Poder Judiciário	15/01 a 07/02/2003	30	30
Atualização em Direito Civil	10/03 a 27/06/2003	120	101
Principais Tópicos do Novo Código Civil	17 a 21/02/2003	10	54
Direitos das Empresas no Novo Código Civil	22/02/2003	3	42
Direitos e Deveres do Servidor Público	24 a 28/02/2003	10	47
Atualização em Processo Civil	19/03 a 27/06/2003	90	53
Direito do Consumidor	10/03 a 14/03/2003	10	52
Tópicos Atuais do Processo Civil	17/03 a 21/03/2003	10	33
Atualização em Direito da Família no Novo Código Civil	24/03 a 28/03/2003	10	52
Treinamento para Escrivães da 2ª Entrância	10 a 20/02/2003	25	43
Treinamento para Escreventes da 2ª Entrância	10 a 20/02/2003	25	15
Treinamento para Oficiais da Justiça da 2ª Entrância	10 a 20/02/2003	25	14
Curso de Adeq. à Est. e ao Func. do Poder Judiciário	06/03 a 26/03/2003	59	32
Direito e Internet	31/03, 02 e 04/04/2003	10	32
As Pessoas no Atual Código Civil	07/04 a 11/04/2003	10	35
Direito Administrativo-Licitações na Adm. Pública	25/04 a 30/04/2003	10	46
Processamento em Vara Cível e Penal	31/03 a 04/04/2003	20	53
Treinamento para Oficiais de Justiça	02 a 04/04/2003	12	11
Recursos à Luz das Leis 10.352 e 10.558	04/08 a 08/08/2003	10	38
Processamento em Vara Cível e Penal - Núcleo Santarém	23 a 26/04/2003	20	69
Treinamento para Oficiais de Justiça - Núcleo Santarém	24 a 26/04/2003	12	19
Principais Tópicos do Direito Penal Ambiental	09 a 12/06/2003	10	49
Sucessões no Atual Código Civil	12, 19 a 22/05/2003	10	37



RELAÇÃO DE CURSOS

Cursos	Período	Carga Horária	Nº Part.
Atual. em Direito de Família no Novo Cód. Civil da União	26 a 03/05/2003	10	38
Os Fatos Jurídicos no Atual Código Civil	02 a 06/06/2003	10	40
Direito das Empresas	12 a 18/06/2003	10	24
Direito Tributário na Atualidade	23 a 27/06/2003	10	51
Sistema Integrado de Gestão de Pessoas TJE - PA	06/05 a 09/05/2003	24	20
Processamento em Vara Cível e Penal - S. M. do Guamá	26 a 31/05/2003	24	53
Treinamento para Oficiais de Justiça - S. M. do Guamá	29 a 31/05/2003	12	14
Processamento em Vara Cível e Penal - Marabá	23 a 28/06/2003	24	36
Treinamento para Oficiais de Justiça - Marabá	23 a 25/06/2003	12	11
Licitações na Administração Pública	11 a 14/08/2003	10	46
O Servidor Público e as Reformas Admin. e Prev.	20 a 29/08/2003	10	21
Treinamento para Escrivães e Escreventes - 1ª Entrância	30/06 a 07/07/2003	22	34
Treinamento para Oficiais de Justiça - 1ª Entrância	30/06 a 07/07/2003	21	18
Curso de Atualização em Direito Processual Civil	12/08 a 04/12/2003	90	98
Curso de Atualização em Direito Civil	06/08 a 03/12/2003	120	96
Aperfeiçoamento em Direito Agrário e Ambiental	04/08 a 05/09/2003	180	16
Processamento em Vara Cível e Penal - Altamira	11 a 16/08/2003	24	33
Treinamento para Oficial de Justiça - Altamira	14 a 16/08/2003	12	14
Aspectos do Código de Processo Civil Reformado	01 a 05/09/2003	10	52
Tópicos Atuais do Direito Penal	08 a 12/09/2003	10	51
Controle Jurisdicional de Constitucionalidade	15 a 17/09/2003	9	53
Novos Rumos do Direito do Consumidor	23 a 30/09 e 03/10	15	50
Tutelas de Urgência no Processo Civil Brasileiro	6 a 10/10/2003	10	38
Princípios Constitucionais Tributários	14 a 17/10/2003	10	44
Sucessão Legítima no Atual Código Civil	20 a 22/10/2003	9	41
Redação Administrativa e Atualização Gramatical	6 a 21/10/2003	20	49
Processamento em Vara Cível e Penal - C. do Araguaia	29/09 a 04/10/2003	24	29
Treinamento para Oficial de Justiça - C. do Araguaia	2 a 4/10/2003	12	7
Aspectos da Reforma no Sistema Recursal	24 a 28/11/2003	10	39
Treinamento para Serventuários dos Juizados Especiais	03 a 21/11/2003	60	71
Treinamento para Escrivães e Escreventes	04 a 14/11/2003	37	36
Trein. para Oficiais de Justiça dos Juizados Especiais	06 a 14/11/2003	15	25
Aspectos Teóricos e Práticos dos Juizados Criminais	03 a 06/11/2003	10	99
Atualização em Direito Agro-Ambiental	18 a 23/11/2003	38	41
Processamento em Vara Cível e Penal - Benevides	09 a 17/12/2003	20	33
Treinamento para Oficiais de Justiça - Ananindeua	12 a 15/12/2003	16	34



VALORIZAÇÃO DE PESSOAL

A Resolução 0014/2003, de 27 de agosto, reajustou o auxílio alimentação dos servidores, que era de R\$ 100,00 (cem reais), para o valor de R\$ 240,00, (duzentos e quarenta reais), representando ganho real aos funcionários.

Foi implementada uma política de valorização de pessoal, atendendo aos anseios da família judiciária.

Os funcionários do TJE participaram dos eventos, como a celebração da Páscoa, do Dia da Mulher, do Dia dos Pais, e das Festividades do Círio de Nazaré, do Dia do Funcionário Público, do Natal e de outras comemorações propícias ao fortalecimento das relações entre colegas de trabalho. Esses eventos aproximaram o grupo, facilitando o fluxo de informação e o sentimento de união.

A 1ª Exposição de Trabalhos Artísticos dos Funcionários e Magistrados, realizada durante a V Semana de Saúde do Poder Judiciário, surpreendeu pela quantidade e qualidade dos trabalhos apresentados, e registrou grande sucesso de público, comprovando a participação e o engajamento dos servidores nas programações do Tribunal, reforçando a tese de que importante é valorizar pessoas.



Visita à Exposição de trabalhos artísticos dos funcionários e magistrados.

SERVIÇO MÉDICO

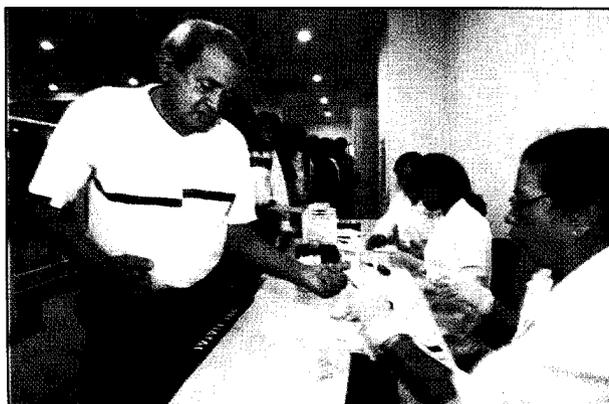
O serviço desenvolveu atividades prestando assistência à promoção, proteção e prevenção da saúde da família Judiciária (magistrados, serventuários da justiça, funcionários e dependentes legais); praticou a enfermagem e medicina curativa; avaliou o estado de saúde dos que ingressaram na vida pública (exame pré-admissional), e dos funcionários, para fins de licença médica.

Na promoção, proteção e prevenção da saúde dos funcionários, realizou:

- campanha de Vacinação do Idoso - aplicadas 60 doses de vacinas contra difteria e tétano, e 210 doses contra gripe;
- exames de Prevenção do Câncer Cérvico Uterino - realizados 59 exames;
- V Semana de Saúde do Poder Judiciário.

ATENDIMENTOS EM 2003

Especificação	Capital	Interior	Total
Pacientes	12.129	1.144	13.273
Procedimentos	17.345	4.130	21.475
Total	29.474	5.274	34.748



Atendimentos na V Semana de Saúde do Poder Judiciário.



SERVIÇO ODONTOLÓGICO

O prosseguimento do “Projeto Sorriso Feliz” objetivou prevenir doenças bucais, proporcionando melhor qualidade de vida aos servidores e dependentes das Comarcas da Capital, e do Interior.

PROJETO “SORRISO FELIZ” COMARCAS ATENDIDAS EM 2003

Comarcas	Pacientes Atendidos	Procedimentos Realizados
Capanema	90	365
Capitão Poço	77	240
Concórdia do Pará	58	201
Igarapé-Açu	73	217
Jacundá	96	302
Mãe do Rio	63	250
Maracanã	58	200
Marapanim	56	199
Nova Timboteua	65	205
Ourém	54	198
Peixe-Boi	52	190
Santa Isabel	55	184
Santo Antonio do Tauá	60	233
São Domingos do Capim	51	189
São Miguel do Guamá	62	240
Santarém Novo	54	250
Tomé-Açu	70	274
São Caetano de Odivelas	50	193
Total	1.144	4.130



MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades 2003

AÇÕES EM PARCERIA

Importante foram as parcerias firmadas, que renderam frutos de natureza social, contribuindo para o esforço na redução das desigualdades sociais.

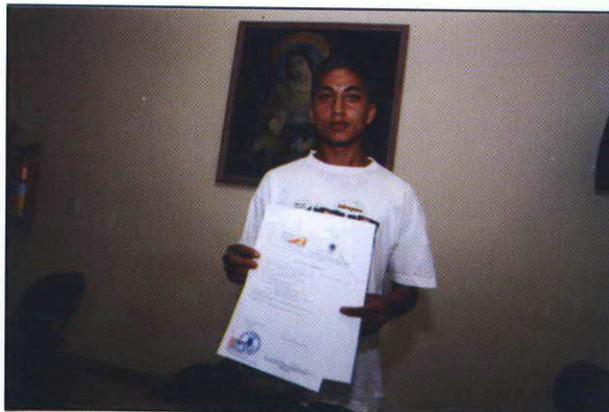
Compartilhar responsabilidades com organismos privados e públicos, no atendimento de demandas sociais e na regularização de conflitos, foi traçado como meta desta administração.

CONVÊNIOS CELEBRADOS

Convênio nº 01/2003 -TJE / Registro Civil das Pessoas Naturais. Assegura o registro civil itinerante gratuito, com emissão de certidão de nascimento na maternidade do Hospital de Clínicas Gaspar Vianna, em Belém - Pará.

Convênio nº 02/2003 -TJE / Registro Civil das Pessoas Naturais. Viabiliza a emissão gratuita da certidão de nascimento, na maternidade do Hospital da Venerável Ordem Terceira de São Francisco, em Belém - Pará.

Convênio nº 03/2003 -TJE / Registro Civil das Pessoas Naturais. Assegura o registro civil itinerante gratuito com emissão de certidão de nascimento à população carente da Capital, no Posto Avançado, instalado na Maternidade do Povo.



Emissão de registro civil de nascimento.



Contrato nº 04/2003 TJE / Centro de Genética e Análises Clínicas Ltda. Disponibiliza vinte e cinco exames mensais de DNA nas ações de investigação de paternidade, beneficiando pessoas carentes.

Convênio nº 05/2003 TJE / Prefeitura Municipal de Ulianópolis. Cooperação técnica e financeira para a Construção do Fórum da Comarca.



Assinatura do convênio para a construção do Fórum de Ulianópolis.

Convênio de Cooperação TJE / Secretaria Especial de Promoção Social / Fundação da Criança e do Adolescente FUNCAP. Colocação de adolescentes assistidos, no mercado formal de trabalho, com vistas a promovê-los socialmente, nos termos da Lei Federal nº 8.069/90-ECA.



Assinatura do convênio de cooperação técnica TJE e Governo do Estado.



MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades 2003

Convênio nº 26/2003 - Superior Tribunal Justiça / TJE - Para o fornecimento do Boletim do Superior Tribunal de Justiça, com o propósito de divulgar as decisões proferidas pelo STJ, proporcionando a uniformidade interpretativa das normas infraconstitucionais do Direito Federal Comum.

TJE / AMEPA - Convênio de Cooperação Mútua entre o TJE e Associação dos Magistrados do Estado tem como objeto a participação e o aprimoramento de Magistrados em congressos, simpósios e conferências na área jurídica.

Convênio TJE /Unidade de Referência de reabilitação Física Demétrio Medrado-URE / SEMA-Secretaria Municipal do Meio Ambiente/FUNCAP. Através da 24ª Vara da Infância e Juventude atende adolescentes autores de atos infracionais leves, e sentenciados a cumprir medida sócio-educativa em meio-aberto, prestação de serviços à comunidade, garantindo a sua promoção social.

Convênio TJE / DETRAN / FUNCAP- 24ª Vara da Infância e Juventude Adolescentes. Atende os adolescentes sentenciados pela prática de ato infracional com medidas sócio-educativas de serviços à comunidade, prestando serviços no trânsito de Belém.

Convênio nº 15/2003 - TJE / INCRA para instalação das Varas Agrárias em Castanhal e Santarém.



Assinatura do convênio TJE / INCRA.

MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades 2003



OUVIDORIA AGRÁRIA

Em 2003, a Ouvidoria Agrária do TJE trabalhou em parceria com a Comissão de Mediação de Conflitos Fundiários, vinculada ao Conselho de Segurança Pública CONSEP, apurando situações para a breve solução de conflitos relacionados ao ambiente e às relações sociais do meio rural.

Foram realizadas 34 audiências de mediação em propriedades rurais e 14 em propriedades urbanas, e feitos levantamentos cartorais nas Varas Agrárias de Marabá e Altamira.

Objetivando a colaboração do Executivo Municipal na desapropriação de áreas urbanas, foram realizadas audiências com os Prefeitos de Castanhal e Tucuruí. O Ouvidor tomou parte em audiências públicas promovidas pela Ouvidoria Agrária Nacional, ocorridas em Brasília, Marabá, Paragominas, Redenção e Santarém.

Como pontos de destaque na atuação da Ouvidoria Agrária, é importante registrar a desocupação negociada da Fazenda Natal, no município de Bom Jesus do Tocantins, sede de um homicídio, a desapropriação de três áreas urbanas, beneficiando os chamados "sem-terra" e a pacificação na Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada, que envolveu milhares de garimpeiros.

Trabalhadores sem-terra recorrem à justiça.





PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO

SIGESPE- SISTEMA DE GESTÃO DE PESSOAS.

O SIGESPE, desenvolvido com suporte técnico da Fundação Universidade de Brasília, através do Centro de Seleções e Promoções de Eventos CESPE, encontra-se em fase experimental.

O sistema permite o controle da legalidade nos dados funcionais, através da parametrização da folha de pagamento. É baseado na legislação pertinente, com bloqueios automáticos do sistema, na hipótese da inserção de benefícios ou vantagens sem amparo legal.

A previsão de funcionamento efetivo do SIGESPE é maio de 2004. Esse sistema, além da agilidade e segurança do processamento, possibilitará a inclusão automática de direitos assegurados em lei, a exemplo do adicional por tempo de serviço.

CANAL DIRETO COM A PRESIDÊNCIA

Lançado em pronunciamento da Desembargadora Maria de Nazareth Brabo de Souza, em reunião do Órgão Especial, o serviço tem como finalidade ouvir sugestões e responder a solicitações e dúvidas formuladas por qualquer cidadão.

Coordenado por um Magistrado, o projeto está formatado para receber denúncias por parte da sociedade civil, disponibilizando o serviço de atendentes durante o horário de funcionamento do TJE, e após o horário, nos finais de semana e feriados, com atendimento eletrônico.



GESTÃO ADMINISTRATIVA DA PREVIDÊNCIA DO JUDICIÁRIO

Em 2003 foram desenvolvidas as negociações para que o TJE assumira, em 2004, a administração previdenciárias dos seus pensionistas, deixando apenas de arcar com as despesas.

Em andamento, gestões para atuação em parceria com o Banco do Brasil S/A, na estruturação da previdência do Judiciário.

REVITALIZAÇÃO DA BIBLIOTECA DESEMBARGADOR ANTONIO KOURY

Com dotação orçamentária assegurada no PPA - Plano Plurianual 2004 a 2007, o Projeto de Revitalização da Biblioteca Des. Antonio Koury ampliará as instalações e o atendimento ao usuário, para melhor acondicionar e preservar o rico acervo de documentos tombados no TJE, que possui singulares peças processuais da história do Pará, a exemplo das do julgamento de Severa Romana, do incêndio criminoso à Basílica de Nazaré e do inventário de bens de Antônio Lemos, entre outros documentos.

Como o previsto no Projeto, serão feitas a reforma, ampliação da estrutura física e providenciado o aparelhamento da biblioteca. Serão modernizados os equipamentos de mobiliário, e introduzidos mecanismos tecnológicos facilitadores do acesso ao acervo documental. Também, deverá ser implementada, nova concepção de atendimento ao usuário.

No estágio embrionário do Projeto, a equipe responsável pelo redesenho do espaço e da metodologia a ser empregada, visitou as instalações das bibliotecas do Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Fundação Universidade de Brasília e Senado Federal, em Brasília - DF.



PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades 2003

MOVIMENTO PROCESSUAL

“O judiciário comunga dos reclamos da sociedade sobre uma ampla reforma do sistema judiciário existente, a fim de que tenha a justiça que merece e deseja ter. A busca da celeridade e efetividade da prestação jurisdicional é consenso entre os magistrados.”

Des. Maria de Nazareth Brabo de Souza - Presidente do TJE/PA

O TJE, empenhado em acompanhar os avanços da sociedade, conjugou esforços na promoção da melhoria contínua dos seus serviços.

DEMONSTRATIVO ESTATÍSTICO DA PRESIDÊNCIA DO TJE

Tipos de Processo	Recebidos	Julgados
Recurso Especial	465	339
Rec. Extraordinário	189	165
Agravo de Instrumento	489	371
Agravo de Sentença	28	24
Precat. Requisitório	94	36
Suspensão de M. S.	06	06
Agravo Regimental	07	05
Processos Adm. Diversos	259	165

FONTE: Gabinete da Presidência

DEMONSTRATIVO ESTATÍSTICO DA VICE-PRESIDÊNCIA DO TJE

	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Ago.	Set.	Out.	Nov.
Central Distr.	1006	430	266	153	134	628	495	458	350
Ass. Presid.	31	75	32	21	37	20	21	11	13
1ª Civ. Isolada	22	17	07	08	09	03	02	-	03
2ª Civ. Isolada	24	28	05	10	18	04	06	01	02
3ª Civ. Isolada	54	06	50	17	07	07	03	01	07
1ª Crim. Isolada	23	02	12	01	04	01	-	-	-
2ª Crim. Isolada	03	-	-	01	-	01	-	-	69
3ª Crim. Isolada	30	01	04	-	01	01	-	-	-
Cíveis Reunidas	22	12	03	02	05	-	02	02	02
Crim. Reunidas	25	05	05	03	09	04	07	-	01
Secret. Geral	40	02	02	02	04	01	-	-	03

Relatório da Câmara de Férias - Processos Julho = 93

Ofícios Enviados - 120

TOTAL GERAL 4.747 processos

FONTE: Gabinete da Vice-Presidência

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL



ÓRGÃOS DE JULGAMENTO

JUSTIÇA DO 2º GRAU

MOVIMENTO PROCESSUAL

Iniciados	Julgados
3.908	2.330

Cíveis / Criminais Recursos

Iniciados	Julgados
2.576	1.125

Cíveis / Criminais Originários

Cíveis e Criminais Recursos	Iniciados	Julgados
Câmara Cíveis Isoladas	3.163	1.980
Câmaras Criminais Isoladas	745	350
Cíveis / Criminais Originários		
Órgão Especial	602	118
Câmara de Férias	275	78
Conselho da Magistratura	60	13
Câmara Cíveis Reunidas	470	201
Câmara Criminais Reunidas	1.169	715
Total	6.484	3.455

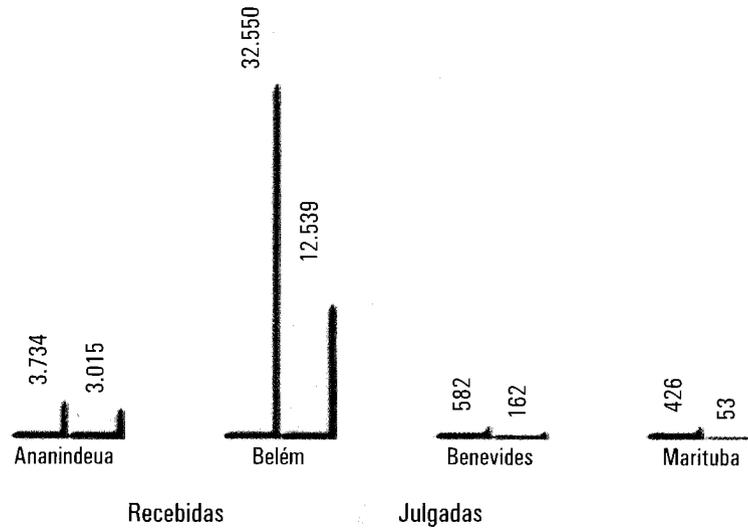
FONTE: Divisão de Bancos de Dados do Poder Judiciário
Captação dos Dados até novembro de 2003



PODER JUDICIÁRIO

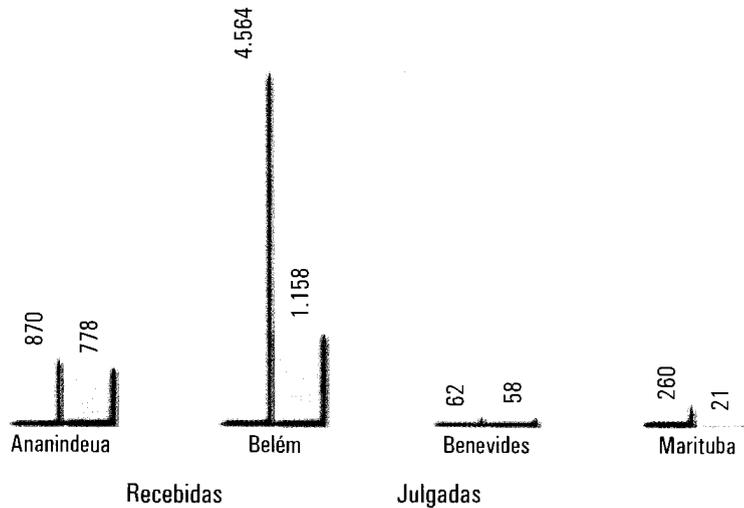
JUSTIÇA DE 1º GRAU - REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

AÇÕES CÍVEIS RECEBIDAS E JULGADAS



FONTE: Divisão de Bancos de Dados do Poder Judiciário
Captação dos Dados até novembro de 2003

AÇÕES PENAIS RECEBIDAS E JULGADAS

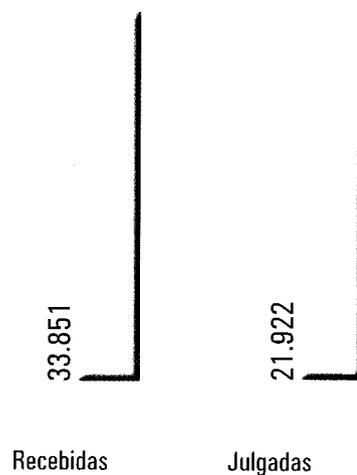


FONTE: Divisão de Bancos de Dados do Poder Judiciário
Captação dos Dados até novembro de 2003



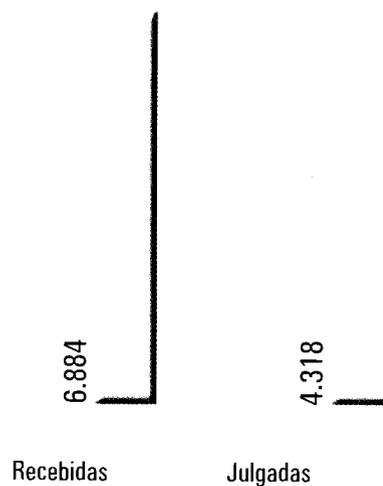
JUSTIÇA DO 1º GRAU - INTERIOR DO ESTADO

AÇÕES CÍVEIS RECEBIDAS E JULGADAS



Fonte: Divisão de Banco de Dados do Poder Judiciário
Captação até novembro de 2003

AÇÕES PENAIS RECEBIDAS E JULGADAS



Fonte: Divisão de Banco de Dados do Poder Judiciário
Captação até novembro de 2003



ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DAS CORREGEDORIAS DE JUSTIÇA

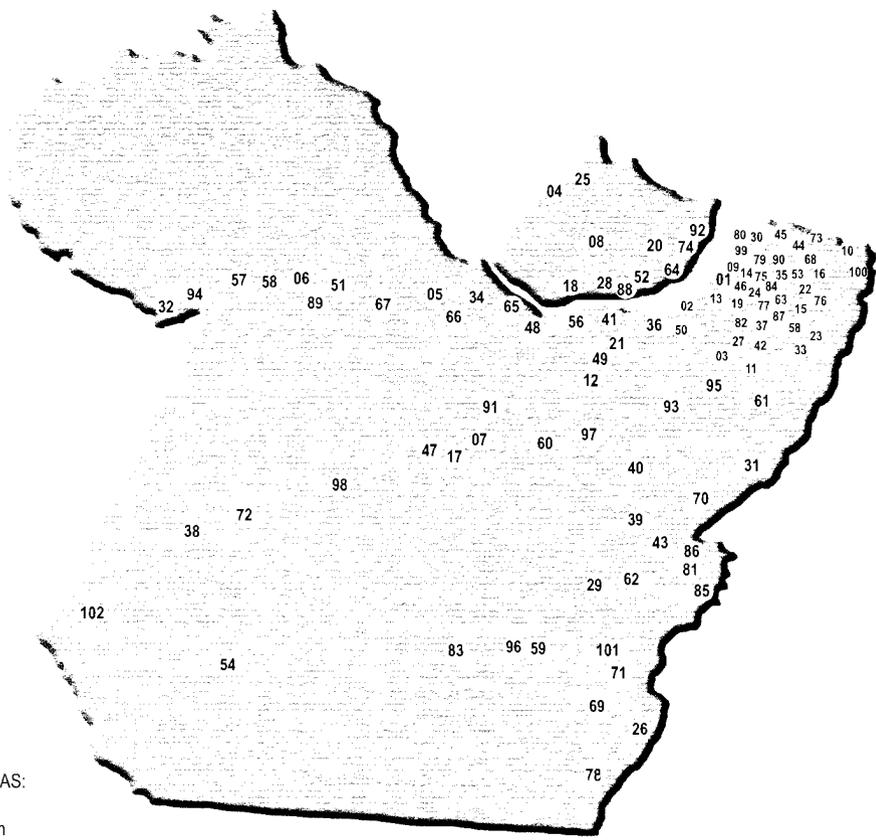
Órgão Censório da estrutura do Judiciário, as corregedorias foram grandes parceiras desta gestão, primando pela qualidade dos trabalhos realizados, através da fiscalização dos Cartórios Judiciais e Extrajudiciais, por meio de inspeções e correções, permanente orientação aos Magistrados e Servidores da Justiça de primeiro grau, buscando a celeridade na tramitação dos processos administrativos e criando alternativas para a otimização dos serviços judiciários.

Dentre as iniciativas adotadas para maximizar a eficácia do trabalho das corregedorias, foram disciplinados no ano de 2003, regras de tramitação de documentos com entrada nas Corregedorias, para conclusão de imediato a titular, despacho e breve consecussão. Foram também estabelecidos requisitos indispensáveis para o Pedido de Providências, Representações, Reclamações e similares, visando coibir a demora na entrega da prestação jurisdicional ou morosidade no trâmite dos processos.

As Corregedorias de Justiça, com atuação prevista nos municípios atendidos pelo Judiciário, estruturadas em Corregedoria da Área Metropolitana de Belém, e Corregedoria do Interior, com o objetivo de acompanhar o desempenho dos serviços jurisdicionais, não se limitando a corrigir equívocos e eventuais atipicidades dos operadores do sistema judiciário, promove, quando necessário, os atos que visam a responsabilidade judicial daqueles que se desviam dos deveres institucionais, observando, em todo caso, o que lhes compete pela norma regimental desta Corte.



PRESENÇA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA NO ESTADO DO PARÁ



COMARCAS:

01 - Belém

- | | | | | |
|---------------------|------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 02 - Abaetetuba | 22 - Capanema | 42 - Mãe do Rio | 62 - Parauapebas | 82 - São D. do Capim |
| 03 - Acará | 23 - Capitão-Poço | 43 - Marabá | 63 - Peixe Boi | 83 - São Félix do Xingú |
| 04 - Afuá | 24 - Castanhal | 44 - Maracanã | 64 - Ponta de Pedras | 84 - São F. do Pará |
| 05 - Almerim | 25 - Chaves | 45 - Marapanim | 65 - Portel | 85 - São G. do Araguaia |
| 06 - Alenquer | 26 - C. do Araguaia | 46 - Marituba | 66 - Porto de Moz | 86 - São J. do Araguaia |
| 07 - Altamira | 27 - Con. do Pará | 47 - Medicilândia | 67 - Prainha | 87 - São M. do Guamá |
| 08 - Anajás | 28 - Curralinho | 48 - Melgaço | 68 - Primavera | 88 - São S. da Boa Vista |
| 09 - Ananindeua | 29 - Curionópolis | 49 - Mocajuba | 69 - Redenção | 89 - Santarém |
| 10 - Augusto Correa | 30 - Curuçá | 50 - Moju | 70 - Rondon do Pará | 90 - Santarém Novo |
| 11 - Aurora do Pará | 31 - Dom Eliseu | 51 - Monte Alegre | 71 - Rio Maria | 91 - S. José Porfírio |
| 12 - Baião | 32 - Faro | 52 - Muaná | 72 - Rurópolis | 92 - Soure |
| 13 - Barcarena | 33 - Gar. do Norte | 53 - Nova Timboteua | 73 - Salinópolis | 93 - Tailândia |
| 14 - Benevides | 34 - Gurupá | 54 - Novo Progresso | 74 - Salvaterra | 94 - Terra Santa |
| 15 - Bonito | 35 - Igarapé-Açu | 55 - Óbidos | 75 - Santa I. do Pará | 95 - Tomé-Açu |
| 16 - Bragança | 36 - Igarapé-Miri | 56 - Oeiras do Pará | 76 - Santa Luzia do Pará | 96 - Tucumã |
| 17 - Brasil Novo | 37 - Irituia | 57 - Oriximiná | 77 - Santa M. do Pará | 97 - Tucuruí |
| 18 - Breves | 38 - Itaituba | 58 - Ourém | 78 - Santana do Araguaia | 98 - Uruará |
| 19 - Bujarú | 39 - Itupiranga | 59 - Ourilândia do Norte | 79 - Santo A. do Tauá | 99 - Vigia |
| 20 - C. do Arari | 40 - Jacundá | 60 - Pacajá | 80 - São C. de Odivelas | 100 - Viseu |
| 21 - Cametá | 41 - Limoeiro do Ajuru | 61 - Paragominas | 81 - São D. do Araguaia | 101 - Xinguara |
| | | | | 102 - Jacareacanga |



CORREGEDORIA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

Nas comarcas da jurisdição da Região Metropolitana de Belém, foram realizadas cinco correições ordinárias, iniciadas por Marituba, Mosqueiro, Santa Bárbara, Benevides, Distrito de Icoaracy, encerrando-se em Ananindeua, sendo adotadas medidas para equacionar os problemas detectados, inclusive com realização de mutirão, inspeções "in loco", edição de dois provimentos em conjunto com a Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior do Estado, e com a reorganização de atos administrativos, com o propósito de favorecer o regular andamento dos serviços judiciários e, ainda, com a instauração de dezenove sindicâncias administrativas e três processos administrativos, com o fim de apurar irregularidades atribuídas a serventuários, concluindo se houve ou não responsabilidade para lhe imputar a sanção devida.

MAPA ESTATÍSTICO DE MOVIMENTAÇÃO CORREGEDORIA RMB

Relatório Mensal de Magistrado	337
Relatório das Aud. de Presos da 2ª Vara de Icoaraci	01
Relatório da Delegacia de Crimes Funcionais	02
Requerimentos e Solicitações	10
Sindicâncias Instauradas	19
Solicitação de Abertura de Sindicância	01
Solicitações de Juízes	05
Expedientes Diversos Providenciados	3811
Expedientes Recebidos	3942
Decisões Proferidas	593
Pareceres da Assessoria Jurídica	549
Portarias	28
Processos Administrativos Instaurados	03
Promoções	04
Resenhas	43



AÇÃO INTEGRADA PERMANENTE AVANÇADA MUTIRÃO NAS CADEIAS

Foi realizada uma ação permanente integrada pelo Judiciário e Governo do Estado, TJE, Ministério Público, Defensoria Pública e Sistema Penal do Estado, que procedeu inspeções em oito (08) instituições da Polícia Civil do Estado, para verificar “in loco” a situação dos presos provisórios em Belém. A frente de trabalho atuou na Delegacia de Repreensão ao Crime Organizado, em Val-de-Cans e Seccionais: da Cidade Nova, Icoaraci, Marambaia, Sacramento, São Brás, Telégrafo e Cremação.

A operação conjunta para averiguação da situação dos presos, e comparação com os antecedentes criminais, apurou, em média, que de 644 presos nas unidades de detenção, 38 poderiam ser levados à análise da Defensoria Pública e do Ministério Público, com o propósito de apreciar o mérito dos que têm condições de responder o processo em liberdade, entre outras situações suscetíveis de manifestação.



Reunião do Mutirão nas cadeias.

Também no município de Santarém, foi realizada ação conjunta com Promotoria de Justiça, Defensor Público local, Pres. da OAB para agilizar processos penais. Nessa ocasião foram apreciados casos que cabiam a suspensão condicional do processo e os relativos aos crimes com penas de até 2 anos.



PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS

2003

A Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional do Pará - CEJAI, vinculada à Corregedoria Metropolitana de Belém, exerce as atribuições de Autoridade Central Administrativa Estadual, relativa à Proteção das Crianças e a Cooperação em Matéria de Adoção Internacional.

MAPA ESTATÍSTICO DA CEJAI - PA

Processos Julgados	16
Processos Deferidos	15
Processos Indeferidos	01
Processos em Diligências	05
Adoções Efetivadas	05 *
Sessões Ordinárias	10

FONTE: CEJAI - Dados estatísticos registrados até 19 de dez/2003.

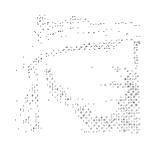
Nota: (*) Espanha - 1; Itália - 3 e França - 1.

CORREGEDORIA DO INTERIOR

As Correições Gerais Ordinárias, programadas para execução no período de 2003, foram cumpridas integralmente, conforme o disposto nos editais de correição, quantificando o número de 15 nos municípios do interior do Estado, na ordem a seguir: Xinguara, Itaituba, Altamira, Redenção, Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia, Novo Progresso, São Domingos do Araguaia, Bragança, Barcarena, Monte Alegre, Óbidos, Alenquer, Oriximiná, e São Miguel do Guamá.



Desembargadora Corregedora do Interior em Bragança.



Foram efetivadas 38 visitas correicionais no interior, para verificação da atuação de juízes substitutos, e irregularidades no funcionamento das comarcas.



Corregedoria do Interior em atuação.

A Corregedoria do Interior, com o propósito de apurar suspeita de irregularidades e inibir a reincidência das infrações disciplinares e a graduação das infrações, instaurou sete sindicâncias administrativas e treze processos administrativos disciplinares.

Ademais, visando a celeridade dos serviços jurisdicionais, analisou a viabilidade dos pleitos relativos a expansão da prestação dos serviços, através da Instalação de Cartório Extrajudicial, Criação de Varas e Juizado Especial.

MAPA ESTÁTISTICO DE MOVIMENTAÇÃO CORREGEDORIA DO INTERIOR

Avisos, Memorandos, Notas Informativas e Ofícios Expedidos	1815
Correições Gerais Ordinárias Realizadas	015
Expedientes Recebidos e Despachados	5562
Edital de Correição	001
Portarias Expedidas	086
Visitas Correicionais Realizadas	038



PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Decisões Proferidas

Comunicação de Ordem de Serviço	001
Pedido de Certidão de Existência de Cartório Extrajudicial	001
Pedido de Correição	008
Pedido de Cancelamento de Selo	001
Pedido de Instalação de Cartório Extrajudicial	008
Pedido de Nomeação para Cargo de Interventor em Cartório Extrajudicial	001
Pedido de Providências	200
Pedido de Cancelamento de Matrícula de Registro de Imóveis	001
Pedido de Transferência de Presos	083
Processos Administrativos Disciplinares	013
Reclamações	015
Representação	017
Sindicância Administrativa	007

Total **356**

Pareceres Emitidos

Pedido de Aposentadoria por Tempo de Serviço	006
Pedido de Ajuda de Custo	035
Pedido de Auxílio Moradia	001
Pedido de Adicional de Exercício Anterior, e Contagem de Tempo	018
Pedido de Criação de Vara	012
Pedido de Designação	003
Pedido de Diárias, Férias e Licença	230
Pedido de Efetivação	003
Pedido de Exoneração	006
Pedido de Nomeação	003
Pedido de Pag. de Diferença de Entrância, e de Gratificação	003
Pedido de Instalação de Juizado Especial	005
Pedido de Instalação de Comarca	008
Pedido de Remoção de Servidor	001
Pedido de Nomeação de Juiz Auxiliar	001
Promoção	006
Remoção	029

Total **370**



FÓRUM CRIMINAL

Funcionando com 19 Varas Criminais ocupadas por juízes titulares, 5 Pretorias Criminais e 25 Escrivanias Criminais, o Fórum Criminal no ano de 2003, para atender as metas estabelecidas pelo TJE, ensejou reformas na estrutura de edificação, equipando os setores de maior fluxo.

Atividades Desempenhadas: emissão de antecedentes criminais ao público, registro de denúncias; emissão de documentos de prorrogação de prazos de inquéritos para a Corregedoria de Polícia Civil; inclusão nos registros de denúncias, das decisões terminativas ou interlocutórias dos processos, informados por documentos dos Juízes ou através de certidões dos diretores de secretaria.

Tribunal do Júri: 104 sessões.

QUANTITATIVO DE ATIVIDADES DA SECRETARIA DO FÓRUM CRIMINAL

Certidões Emitidas	99.446
Denúncias Registradas	2.803
Registros de Informações de Decisões Terminativas ou Interlocutórias dos Processos	453
Ofícios Expedidos de Prorrogação de Prazo de Inquérito	1.186
Ofícios Expedidos	976
Protocolos Registrados	22.032



FÓRUM CÍVEL

A exemplo do Fórum Criminal, o Fórum Cível passou por reforma na rede física, possibilitando a redistribuição e salas e melhor ordenamento do espaço.

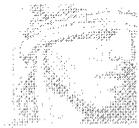
Foram efetuadas mudanças na unidade administrativa, para melhor disponibilizar os serviços, com o propósito da instalação, no prédio do Fórum Cível, das varas descentralizadas que funcionavam no Guamá, diligenciadas para a atuação no prédio sede.

Foi procedido o levantamento da situação das serventias, baixando-se normas de funcionamento do atendimento, bem como o horário para cartório, a partir das 8 horas.

QUANTITATIVO DE ATIVIDADES DA SECRETARIA DO FÓRUM CÍVEL

Memorandos	107
Portarias Expedidas	544
Portarias Recebidas	127
Requerimentos Internos Recebidos	1.397
Ofícios Expedidos	490
Processos Distribuídos	24.936
Cartas Precatórias Distribuídas	2.483
Mandados Distribuídos	23.692
Processos Distribuídos e Avaliadores	133
Exames de DNA Realizados	367
Petições Recebidas	58.220

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL



JUIZADOS ESPECIAIS

“A Justiça irmana, desde que torne efetiva a proteção dos direitos individuais e coletivos, universalizando sua capacidade de atender a todos com presteza.”

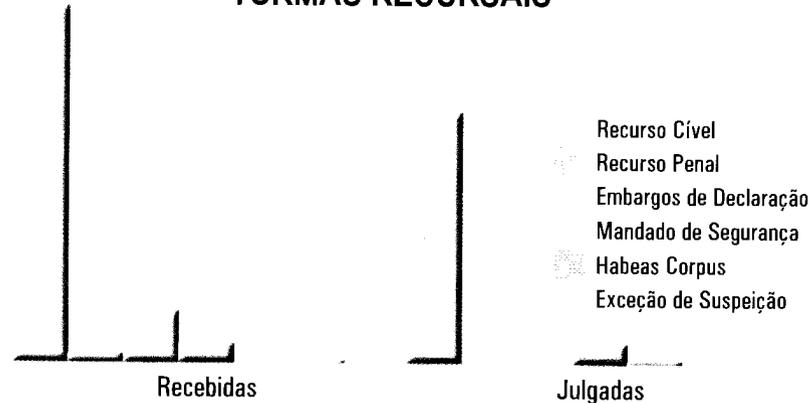
Des. Maria de Nazareth Brabo de Souza Presidente do TJE/PA

O funcionamento dos Juizados Especiais representa a expressão mais bem acabada da descentralização do judiciário para melhorar o atendimento aos cidadãos, através de meios de pacificação social.

Aos Juizados Especiais compete conciliar, processar e julgar as ações na esfera cível, de conflitos que envolvem até 60 salários mínimos. E na criminal, conciliar e julgar infrações de pequeno potencial ofensivo.

Em operação na capital, o TJE conta com doze Juizados Especiais Cíveis e cinco Criminais, e no interior, vinte e sete Cíveis e vinte e seis Criminais.

TURMAS RECURSAIS



Ações	Recebidos	Julgados
Recurso Cível	383	246
Recurso Penal	4	0
Embargos de Declaração	55	0
Mandado de Segurança	19	17
Habeas Corpus	0	1
Exceção de Suspeição	1	0

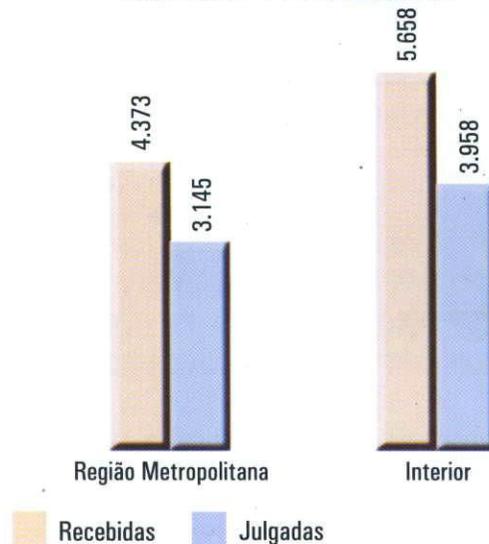
FONTE: Coordenadoria dos Juizados Especiais



PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

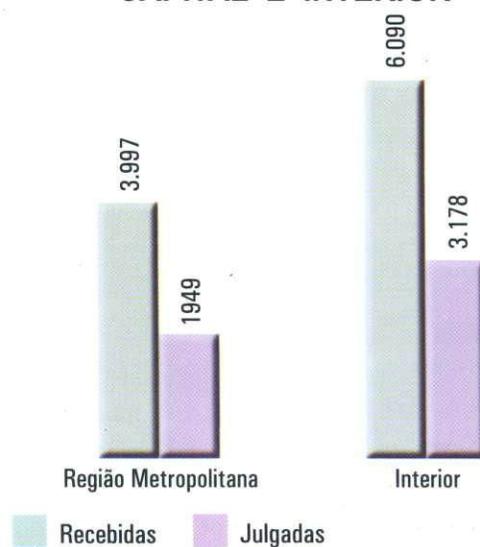
Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades 2003

DEMONSTRATIVO DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS CAPITAL E INTERIOR



FONTE: Divisão de Bancos de Dados do Poder Judiciário
Captação dos Dados até novembro de 2003

DEMONSTRATIVO DOS JUIZADOS ESPECIAIS PENAIS CAPITAL E INTERIOR

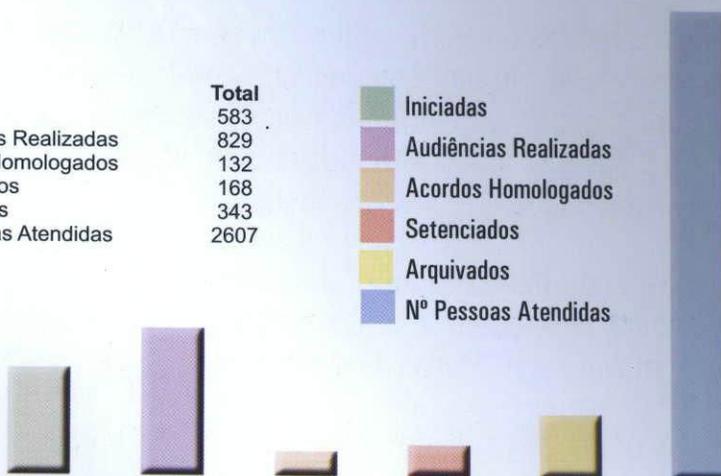


FONTE: Divisão de Bancos de Dados do Poder Judiciário
Captação dos Dados até novembro de 2003



JUIZADO ESPECIAL DO CONSUMIDOR

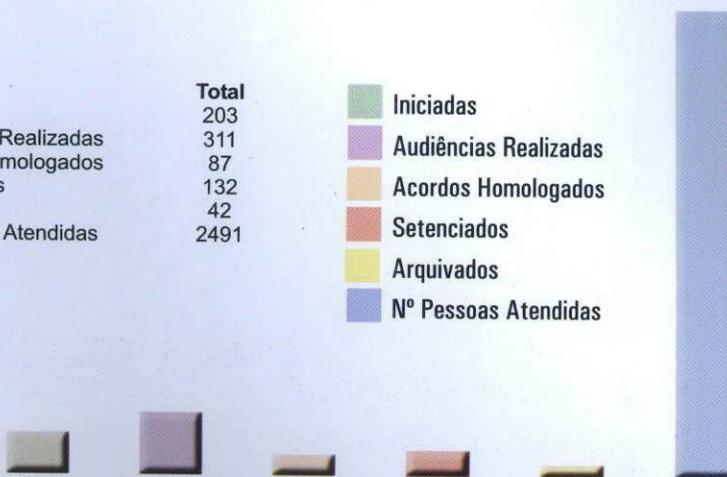
Ações	Total	
Iniciadas	583	Iniciadas
Audiências Realizadas	829	Audiências Realizadas
Acordos Homologados	132	Acordos Homologados
Setenciados	168	Setenciados
Arquivados	343	Arquivados
Nº Pessoas Atendidas	2607	Nº Pessoas Atendidas



FONTE: Coordenadoria dos Juizados Especiais

JUIZADOS ESPECIAIS DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

Ações	Total	
Iniciadas	203	Iniciadas
Audiências Realizadas	311	Audiências Realizadas
Acordos Homologados	87	Acordos Homologados
Setenciados	132	Setenciados
Arquivados	42	Arquivados
Nº Pessoas Atendidas	2491	Nº Pessoas Atendidas



FONTE: Coordenadoria dos Juizados Especiais



PRESTANÇO JURISDICCIONAL

JUSTIÇA ITINERANTE

Além dos bairros de acentuada concentração populacional da RMB, municípios do interior foram contemplados pelos serviços da Justiça Itinerante. Para atender a cidadãos de baixa renda, o TJE disponibilizou servidores e juizes, que, acompanhados do promotor de justiça, prestaram, gratuitamente, orientações jurídicas a populares.

A natureza do atendimento é de justificação judicial, expedição de certidões de nascimento dentro e fora do prazo, atestados de óbito, divórcios, pensões alimentícias e celebração de casamentos comunitários.

O critério de seleção da localidade a ser beneficiada leva em consideração a densidade habitacional, e a demanda potencial.

Localidades Atendidas	Período	Ações Realizadas
Bairro do Benguí - Belém	15 a 29/01/03	746
Comarca de Bujaru	17 a 27/02/03	812
Comarca de Marabá	10 a 25/03/03	3.693
Bairro do Tenoné - Belém	18 a 21/03/03	553
Comarca de Parauapebas	27/03 a 10/04/03	1.936
Comarca de Eldorado dos Carajás	14 a 26/04/03	1.073
Comarca de São João de Pirabas	01 a 10/05/03	684
Comarca de Rio Maria	07 a 13/05/03	454
Comarca de São João do Araguaia	13 a 17/05/03	826
Comarca de São Domingos do Araguaia	18 a 31/05/03	1.383
Distrito de Icoaraci - Belém	31/05/03	78
Comarca de Xinguara	03 a 14/06/03	995



Projeto Justiça e Juizados Especiais Itinerantes, em Marabá.

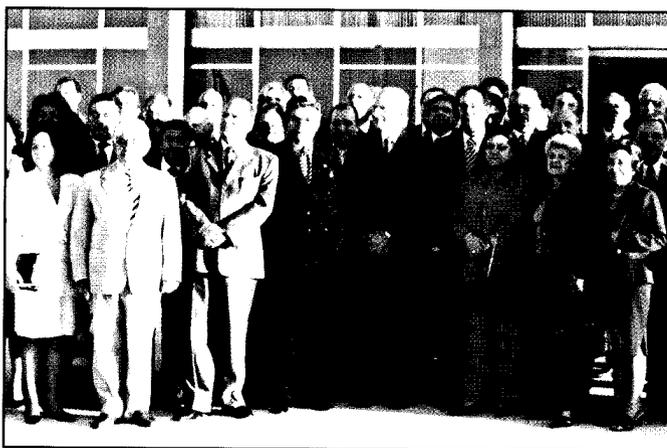
SOLENIIDADES E EVENTOS

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades 2003



COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES

A Presidente do TJE, Desembargadora Maria de Nazareth Brabo de Souza, participou das reuniões periódicas programadas pelo Colégio Permanente de Presidentes de Tribunal de Justiça do Brasil, realizadas em Brasília, Porto Alegre, São Paulo e Salvador.



Dirigentes do Poder Judiciário Brasileiro

AUDIÊNCIA DA PRESIDENTE COM O MINISTRO DO STF

A Desembargadora Maria de Nazareth Brabo de Souza foi recebida em audiência pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Maurício Corrêa.



Des. Nazareth Brabo no Gabinete do Ministro Maurício Corrêa.



SOLIGNAD 3 F 028705

HOMENAGEM A DESEMBARGADORA LYDIA FERNANDES

Primeira mulher a ocupar a presidência de uma corte de Justiça no país, no biênio 1978/1979 do TJE do Pará, a Desembargadora Lydia Dias Fernandes foi homenageada pelo Tribunal na solenidade comemorativa aos 176 anos dos Cursos Jurídicos no Brasil, realizada pelo Judiciário do Estado.



Presidente cumprimenta a homenageada

Celebração da Páscoa e homenagem pelo Dia do Trabalho e pela passagem do Dia das Mães.



Entrega de alimentos à comunidade da Sagrada Família do Paar.

Cerimônia de casamentos comunitários na Comarca de São Francisco do Pará - Pa.

Comemorações alusivas ao Dia dos Pais.

EMPOSSADOS NO CARGO DE DESEMBARGADOR DO TJE



Posse da Procuradora de Justiça Luzia Nadja Guimarães Nascimento e dos Juízes Yvette Lúcia Pinheiro e Enivaldo da Gama Ferreira



Sessão solene de posse do advogado João José da Silva Maroja.



Ato Administrativo de posse da Procuradora de Justiça, Vânia Valente do Couto Fortes Bitar Cunha.



SUBSTITUIÇÕES E EVENTOS

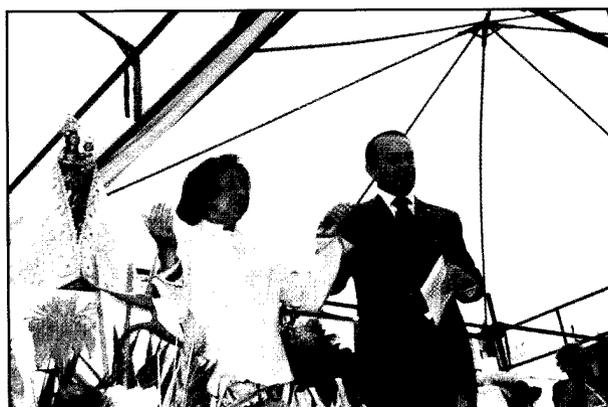
Substituições e eventos realizados durante o ano.



Ato Administrativo de posse dos Juizes Raimundo Holanda Reis e Maria Rita Lima Xavier, no cargo de Desembargadores.

PARTICIPAÇÃO DO TJE NO CÍRIO DE NAZARÉ

A visita da imagem da Virgem peregrina, na sede da Justiça, passou a fazer parte da programação oficial da maior festa religiosa paraense.



"Celebração do Rito da Bênção", visita da imagem peregrina de Nossa Senhora de Nazaré ao TJE.

Cerimônia de inauguração da Galeria dos Desembargadores da Corte de Justiça.

Confraternização natalina dos magistrados, funcionários e serventuários do TJE-Pa.



HOMENAGENS RECEBIDAS PELA PRESIDENTE



Visita do Senhor Okimasa Aoyagi, novo Cônsul Geral do Japão em Belém.

Visita da Senhora Asma Jahabgir,
Relatora Especial das Organizações das Nações Unidas - ONU.

Visita do Senhor José Coderch,
Embaixador da Espanha no Brasil.

Visita do Senhor Juan Miguel Petit,
Relator Especial da Organização das Nações Unidas.

Visita do Senhor Jiang Yuande,
Embaixador da República Popular da China

Doutor Almir Gabriel, Ex-governador do Estado do Pará,
em visita ao TJE-Pa.



Almir Gabriel, em reunião com Desembargadores do TJE-Pa.



WOMANENS



A Desembargadora Maria de Nazareth Brabo de Souza recebeu o Título de Cidadã de São Miguel do Guamá conferido pela Câmara Municipal.



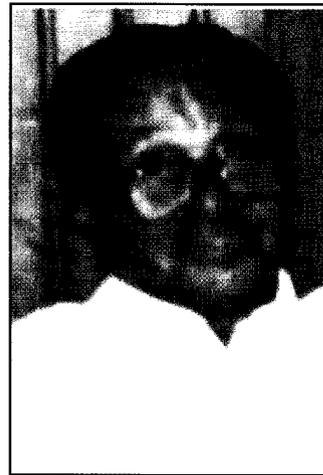
Medalha de Honra ao Mérito outorgada pelo SESI durante as comemorações dos 50 anos de fundação.



Título de Honra ao Mérito conferido pela Câmara Municipal de Belém.



Des. Almir de Lima Pereira,
ex-Presidente do TJE, falecido
em 05/04/03.



Des. Raymundo Hélio de Paiva Mello,
ex-Corregedor Geral de Justiça,
falecido em 23/09/03.



Juíz Manoel Maria Barros Costa,
titular da 1ª Vara da Comarca de
Conceição do Araguaia, falecido
em 13/10/03 no exercício da função.

A Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará registra profundo pesar pelo falecimento dos Desembargadores Almir de Lima Pereira, Raymundo Hélio de Paiva Mello e Adalberto Chaves de Carvalho, e dos Juízes de Direito Manoel Maria Barros Costa, Jair Albano Moreira e Mair Guimarães Moraes, que, com dignidade e competência, elevaram a Magistratura de nosso Estado.

GALERIA DOS DESEMBARGADORES

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades 2003



Maria de Nazareth
Brabo de Souza



Milton Augusto
de Brito Nobre



Yvonne Santiago
Marinho



Carmecin Marques
Cavalcante



Climeniè Bernadette
de Araújo Pontes



Pedro Paulo
Martins



Rutéa Nazaré Valente
do Couto Fortes



Albanira Lobato
Bemerguy



Benedito de Miranda
Alvarenga



Osmarina Onadir
Sampaio Nery



Maria Helena
Couceiro Simões



Maria Helena
D'almeida Ferreira



GALERIA DOS DESEMBARGADORES

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades 2003



Maria Izabel de
Oliveira Benone



Heralda Dalcinda
Blanco Rendeiro



Sônia Maria de
Macedo Parente



Geraldo de Moraes
Corrêa Lima



Maria do Céu
Cabral Duarte



Raimunda do Carmo
Gomes Noronha



Rosa Maria Portugal
Gueiros



Therezinha Martins
da Fonseca



Rômulo José
Ferreira Nunes



Marta Inês
Antunes Lima



Eronides Souza
Primo



Enivaldo da Gama
Ferreira

GALERIA DOS DESEMBARGADORES

Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Relatório de Atividades 2003



Yvette Lucia
Pinheiro



Luzia Nadja
Guimarães Nascimento



João José da Silva
Maroja



Vânia Valente do Couto
Fortes Bitar Cunha



Raimundo Holanda
Reis



Maria Rita
Lima Xavier



Felício de Araújo
Pontes



Izabel Vidal
de Negreiros Leão



José Alberto
Soares Maia



Jaime dos Santos
Rocha



João Alberto Castelo
Branco de Paiva



Wherter Benedito
Coelho

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
BIBLIOTECA DO TRIBUNAL SEDE

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

PRESIDENTE

DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA

VICE PRESIDENTE

DESEMBARGADOR MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE

CORREGEDORA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

DESEMBARGADORA YVONNE SANTIAGO MARINHO

CORREGEDORA DO INTERIOR

DESEMBARGADORA CARMECIN MARQUES CAVALVANTE

CONSELHO DA MAGISTRATURA

DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA

DESEMBARGADOR MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE

DESEMBARGADORA YVONNE SANTIAGO MARINHO

DESEMBARGADOR BENEDITO DE MIRANDA ALVARENGA

DESEMBARGADORA HERALDA DALCINDA BLANCO RENDEIRO

DESEMBARGADORA THEREZINHA MARTINS DA FONSECA

DESEMBARGADORA MARTA INÊS ANTUNES LIMA

COORDENADORA GERAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS

DESEMBARGADORA MARTA INÊS ANTUNES LIMA

PRESIDENTE DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA

DESEMBARGADORA SÔNIA MARIA DE MACEDO PARENTE

DIRETOR DO FÓRUM CRIMINAL

JUÍZ DE DIREITO RONALDO VALLE

DIRETORA DO FÓRUM CÍVEL

JUIZA DE DIREITO ELIANA RITA DAHER ABUFAID

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

MARIA DO CÉU CUNHA DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS

SUELI LIMA RAMOS AZEVEDO

Pará, Tribunal de Justiça do Estado: Relatório de Atividades —
ano 2003: Belém, TJE, 2004.

p.

1. Pará Tribunal de Justiça — Relatório

341.419709811

Editoração Gráfica: Art Imprensa Criações e Serviços Gráficos Ltda

Capa: Paulo Maurício Coutinho

Projeto gráfico: Concita Morbach e Samia Gabriel

Revisão: Professora Guilhermina Pereira Corrêa

Departamento de Documentação e Informação / Biblioteca Des. Antonio Koury



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
Ano 2003

BELÉM
2004

N.Cham. 341.419709811 P221r
Autor: Pará. Tribunal de Justiça
Título: Relatório de atividades : ano 2003.



22808
14453

